

História: a arte de ensinar *virtù* em Maquiavel

History: the art of teaching virtù in Machiavelli

Helder Canal de Oliveira¹

Resumo: A maior parte da obra de Maquiavel é permeada por exemplos históricos. Estes servem para corroborar um argumento e, principalmente, para ensinar *virtù* para quem o lê. Logo, Maquiavel pensa a história não como uma narrativa intelectualmente intrigante para buscar erudição, mas como pragmática para o agir político. A história não é para se deleitar sobre feitos passados, mas, sobretudo, para pensar o agir político do presente, uma vez que a história se repete ao longo do tempo. Essa repetição não é literal, pois o contexto, a sociedade, os sujeitos são outros. Contudo, é possível perceber que há algo constante no agir humano, e a história ajuda a pensar sobre essa constância. Uma pessoa de *virtù* pode comparar situações passadas com as do presente e refletir se há algo em comum nessas situações para agir. Ao captar semelhanças entre as situações, esse sujeito pode utilizar os mesmos métodos, ou parecidos, para enfrentar o que se erige no presente. Caso a situação seja inédita, o sujeito de *virtù* pode atualizar ou propor novos métodos de enfrentamento a partir do que viu no passado. A história serve justamente para pensar nessa atualização ao se refletir sobre o passado. Portanto, quem estuda as narrativas históricas e sabe apreciar o gosto que elas têm, demonstra, de acordo com Maquiavel, algum indício de *virtù*.

Palavras-chave: História, Política, Imitação, Virtù.

Abstract: Most of Machiavelli's work is permeated with historical examples. These serve to corroborate an argument and, above all, to teach *virtù* to those who read it. Thus, Machiavelli thinks of history not as an intellectually intriguing narrative for the pursuit of erudition, but as pragmatic for political action. History is not for revelling in past deeds, but above all for thinking about political action in the present, since history repeats itself over time. This repetition is not literal, because the context, society and subjects are different. However, it is possible to realise that there is something constant in human action, and history helps us to think about this constancy. A person of *virtù* can compare past situations with those of the present and reflect on whether there is something in common in these situations in order to act. By recognising similarities between the situations, they can use the same or similar methods to deal with what arises in the present. If the situation is new, the *virtù* person can update or propose new coping methods based on what they have seen in the past. History serves precisely to think about this updating when reflecting on the past. Therefore, anyone who studies historical narratives and knows how to appreciate the flavour they have, demonstrates, according to Machiavelli, some sign of *virtù*.

Keywords: History, Politics, Imitation, Virtù.

Introdução

Quem ler qualquer escrito de Maquiavel observa que é recorrente o uso de exemplos históricos para embasar os seus argumentos. Para se ter uma ideia, no livro *O Príncipe* somente um capítulo não tem nenhum exemplo histórico (Strauss, 2015, p. 78). Desde seus primeiros relatórios, que eram enviados para a *Signoria*² quando estava em missão diplomática, como *Do Modo de Tratar os Povos do Vale do Chiana Rebelados*,

¹ Professor do IFMT, Doutor em Sociologia pela UnB e Doutorando em Filosofia pela UFG.

² Colegiado que governava a República Florentina.

até seus últimos escritos, quando já estava fora do governo de Florença e se dedicava a pensar a política, como *História de Florença*, o Secretário Florentino se refere à história como mestra da vida (*Historia Magistra Vitae*). Em suas palavras,

Os homens prudentes costumam dizer, não por acaso nem indevidamente, que quem quiser saber o que haverá de acontecer deverá considerar o que já aconteceu; porque todas as coisas do mundo, em todos os tempos, encontram correspondência nos tempos antigos. Isso ocorre porque, tendo sido feitas pelos homens, que têm e sempre tiveram as mesmas paixões, tais coisas só poderão, necessariamente, produzir os mesmos efeitos (Maquiavel, 2007, D, III, 43, p. 445).

A história ser mestra da vida significa, em termos gerais, que se pode imitar o que foi feito no passado, pois as ações passadas, quando pensadas e refletidas de maneira correta pelo agente na atualidade, podem ter as mesmas aplicações no presente. Então, a história mestra da vida parece que implica um entendimento cíclico da história, como pode ser visto na tese da *anaciclose* de Políbio, que é apresentada por Maquiavel no Livro I, Capítulo 2, dos *Discursos*. Dentro dessa perspectiva, ao estudar a história, consegue-se entender o presente e prever o futuro, pois a história faria um ciclo que se repete ao longo do tempo.

Contudo, ao mesmo tempo que Maquiavel afirma que os políticos podem imitar o que os grandes personagens do passado fizeram, pois de certo modo a história se repete com a perspectiva da *Historia Magistra Vitae* e pelos humanos serem sempre os mesmos, ele também afirma que as coisas humanas são sempre contingentes, estando em perpétua mudança. Em suas palavras, “todas as coisas humanas estão em movimento e não podem ficar paradas, é preciso que estejam subindo ou descendo” (Maquiavel, 2007, D, I, 6, p. 32). Ora, como é possível imitar uma ação do passado se a própria história se caracteriza pela contingência? Qual é o entendimento de Maquiavel de história? Qual é o uso que ele faz da história?

Entendo que Maquiavel faz um uso prático da história, pois ele a utiliza como um meio de reflexão para a ação política. Em outras palavras, Maquiavel quer ensinar seus leitores e, principalmente, os governantes, por meio da história, a terem *virtù* para agirem de modo eficaz na ação política, além de poderem enfrentar ou aproveitar o que a *Fortuna* proporciona. Porém, isso não significa que a história seja cíclica (*anaciclose*), com um eterno retorno; mas, sim, que há semelhanças entre o passado e o presente que a análise

e a reflexão das ações do passado podem ajudar o governante a decidir no presente. Todavia, no presente, podem surgir situações que não têm semelhanças com o passado. Aí, cabe ao governante ter *virtù*. Estudar o passado e querer imitá-lo é um indício³ de que esse governante tem *virtù*, uma vez que ele é prudente ao tentar sempre pensar e imitar os exemplos antigos.

Virtù e *Fortuna* são dois termos de primeira importância para entender os escritos políticos maquiavelianos. Apesar de Maquiavel não definir claramente esses termos, pode-se dizer que *Fortuna* são os imponderáveis da vida, os acasos, os fluxos repentinos que mudam as obras humanas, são aqueles acontecimentos dos quais não se consegue definir uma causa específica. Ao se manifestar, a *Fortuna* pode tanto destruir quanto edificar. Em ambos os casos, é necessário a existência de uma pessoa de *virtù* ou para enfrentar a *Fortuna* ou para aproveitar a ocasião que esta proporciona para edificar uma grande realização. Sendo assim, *virtù* não é um preceito fixo e pré-definido que o príncipe deve realizar para ser um bom governante nos moldes cristãos. Pelo contrário, se *virtù* for confundida com a virtude cristã, é bem provável que o príncipe se arruíne. Um governante com *virtù* é aquele que consegue analisar a realidade e tomar a melhor decisão para realizar os seus empreendimentos. Essa decisão não está relacionada necessariamente com o que é moralmente correto. Pode, inclusive, ser contra a moral corrente de uma época. Nesse caso, de acordo com Skinner (1988, p. 65), é uma “qualidade de flexibilidade moral” requerida pelo governante ou pelas instituições ao agir politicamente. Por fim, *virtù* não é algo exclusivo dos indivíduos, pode manifestar-se, por exemplo, no povo (universal), nos grandes, no exército, em uma instituição etc.

Para responder a essas indagações e mostrar o uso que Maquiavel faz da história, o artigo será dividido em três partes. A primeira foca o que muitos de seus comentadores consideram como seu aspecto metodológico, presente principalmente no capítulo 15 de *O Príncipe*. Fazer esse resgate do método maquiaveliano é necessário para entender a importância da história em seus escritos. No segundo tópico, a discussão gira em torno do entendimento maquiaveliano de natureza humana. Sem essa discussão, não é possível entender os usos que Maquiavel faz da história. Por fim, discuto o significado de *Historia*

³ O Príncipe, 2017, Cap. VI, p. 25.

Magistra Vitae (história mestra da vida) na obra de Maquiavel e o porquê de não haver contradição entre imitar o passado e a contingência da história.

História: uma questão metodológica

Quando se fala do método que Maquiavel utilizou para escrever sua obra política e histórica, é comum recorrer ao capítulo 15 de seu livro *O Príncipe*. Nesse livro, o Secretário Florentino afirma:

Como sei que muitos já escreveram sobre esse assunto, temo que, escrevendo eu também, seja considerado presunçoso porque, ao discutir esta matéria, me afastarei do que foi pelos outros prescrito. Porém, sendo meu intento escrever uma coisa útil para quem a escuta, parece-me mais conveniente seguir a verdade efetiva da coisa do que a imaginação sobre ela. Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e que nem se soube se existiram na verdade, porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver que aquele que abandona o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se; pois um homem que queira fazer em todas as partes profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Eis por que é necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disso segundo a necessidade (Maquiavel, 2017, p. 75).

A preocupação de Maquiavel é escrever alguma coisa útil. Já que ele tem essa intenção, não pode ficar divagando sobre coisas que só existem no imaginário, por mais lógico que sejam. Se tudo fosse uma questão de lógica, não haveria o acaso, então, não faria sentido existir a *Fortuna*. No entanto, é inegável que existem aquelas coisas na vida que não podem ser explicadas estritamente pela lógica. Ficar pensando em como deveria ser um estado⁴, um governo, uma república, um principado e como um governante deveria agir, como o próprio Secretário declara, pode levar à ruína, uma vez que não é possível prever com absoluta certeza os acontecimentos futuros, as ações de outras pessoas, as forças da natureza etc. Ou seja, o fluxo do existir tem sempre algo de contingente. Se o existir é contingente e a história faz parte desse existir, então ela também tem as suas contingências. Entretanto, como o ser humano, na concepção maquiaveliana, é sempre o

⁴ Quando Maquiavel quer se referir a Estado-nação, normalmente ele usa o termo de República ou Principado. Por outro lado, “estado” com letra minúscula é algo mais amplo, com várias acepções. Assim, “estado” pode refere-se a território, ordenamento político, império (poder) etc.

mesmo, é possível, no decorrer histórico, verificar semelhanças entre um acontecimento passado e um presente, caso esse não seja totalmente inédito⁵.

Para não discursar no deserto e ensinar alguma coisa útil para os seus leitores, Maquiavel não pode se apegar nem à imaginação, nem à lógica, mas em algo aparentemente real e verdadeiro, seja do presente, seja do passado⁶. Como o seu interesse está atrelado a questões políticas, o Secretário se apega à sua própria experiência como chanceler de Florença e na história política e militar. Maquiavel penetra “na antiga convivência dos grandes homens do passado; por eles acolhido com bondade”, nutre-se “daquele alimento que é o único que” lhe “é apropriado e para o qual” nasceu. Não se envergonha de lhes perguntar “da razão das suas ações e eles humanamente [...] respondem” (Maquiavel, 1973, p. 119). Ou seja, Maquiavel busca um “efeito de verdade” na história, “no qual os momentos de reflexão procedem ou emergem do relato – seja mais vigoroso e persuasivo que aquele produzido pelo movimento contrário (o da busca dos exemplos motivada pelas proposições gerais) nas obras ‘políticas’” (Cardoso, 2007, p. 17). Assim, a verdade buscada por Maquiavel “se deixa compreender tão-somente através do conhecimento e da correta interpretação da história” (Pinzani, 2004, p. 18).

Essa conversa com os grandes personagens do passado, enquanto estava no exílio, propiciou a escrita da maioria de suas obras políticas. Uma dessas obras é *O Príncipe*. Nesse livro, Maquiavel se coloca como um conselheiro dos príncipes, principalmente dos novos (Strauss, 2015; Pinzani, 2004). Ao analisar os exemplos antigos e modernos, o Secretário quer estabelecer alguns princípios gerais para a conquista e a manutenção de

⁵ Voltarei a esse ponto mais à frente.

⁶ Sobre esse ponto, Maquiavel ao discursar sobre a prudência em não humilhar o derrotado, argumenta: “O uso de palavras pouco honrosas contra o inimigo provém no mais das vezes de uma insolência dada pela vitória ou pela falsa esperança de vitória; falsa esperança que leva os homens a errar não só no que dizem, mas também no que fazem. Porque essa esperança, quando entra no peito dos homens, leva-os a passar dos limites e perder, na maioria das vezes, a ocasião de obter um bem certo, na espera de um melhor incerto. E como essa é uma regra que merece consideração, porque nela os homens se enganam frequentemente, acarretando danos para seu estado, parece-me de bom alvitre demonstrá-la em seus particulares, usando exemplos antigos e modernos, visto que não é possível demonstrá-la tão claramente com as razões” (Maquiavel, 2007, D, II, 27, p. 282). Logo após esse trecho Maquiavel passa a apresentar vários exemplos de comandantes militares que perderam uma batalha praticamente ganha ao humilhar os seus adversários. O que o Secretário Florentino quer demonstrar nesse trecho é que é mais fácil convencer os comandantes, príncipes etc. de respeitar o adversário/inimigo por meio de exemplos históricos do que apresentar razões lógicas e abstratas. Assim, o conhecimento que a história proporciona serve para orientar os governantes a tomarem a melhor decisão em um caso real. Porém, essa orientação histórica não é absoluta, como se discutirá mais à frente.

um estado por um príncipe. Esses princípios não estão atrelados à boa condução do governo de acordo com o que é moralmente aceito pela sociedade, mas atuar de tal modo que o príncipe consiga se manter no estado conquistado, mesmo que para isso deva usar, em determinados momentos, de crueldade.

Todos esses princípios são retirados de uma reflexão que fez das obras políticas do passado e de sua atuação política no presente. Para tanto, ele ousa ao afirmar que todos os ensinamentos que se baseiam na inventividade da imaginação sem nenhum respaldo real, no caso histórico, devem ser excluídos da ação política. Confundir a imaginação com o real só leva a pessoa que faz essa confusão à ruína. Por isso, “todos os ensinamentos antigos e tradicionais devem ser superados por um novo e chocante ensinamento” (Strauss, 2015, p. 78), um ensinamento do real, que é baseado na exposição de exemplos antigos ou modernos. E quem vai ensinar esse real é o próprio Maquiavel, pois ele é “o portador do novo código” de ação política, “ele traz da montanha o código verdadeiro, o código que está de acordo com a verdade, com a natureza das coisas” (Strauss, 2015, p. 107).

O real, logo, o verdadeiro, é o que foi e o que é, pois tudo o que é efetivamente realizado é verdadeiro. Somente o real é um conhecimento confiável, pois se ele ocorreu ou ocorre é porque é possível que ele seja realizado outra vez, sem divagações imaginárias ou metafísicas. A verdade é, então, pragmática, porque é real, é experienciável e, logo, racional. Como a história é algo que foi efetivamente realizado pelos humanos, então ela é verdadeira e real, pois ela mostra o que deu e o que não deu certo, bem como o porquê de algo ter ou não dado certo na atuação dos grandes personagens. Portanto, ao buscar a verdade efetiva da coisa, o método maquiaveliano caracteriza-se por ser indutivo.

Maquiavel não quer estabelecer as regras da política⁷. O seu método se caracteriza, portanto, por um recurso à história e à empiria, o que não acontece com os filósofos pós-cartesianos. O secretário florentino não tira suas conclusões de modo dedutivo, mas sim indutivamente, ou seja, não parte de axiomas e postulados, mas de exemplos históricos, que ele extrai das obras de autores clássicos, como Lívio, mas também de Políbio, Tucídides e Xenofonte e, sobretudo da história mais recente e de sua experiência pessoal como enviado da República Florentina (Pinzani, 2004, p. 17).

⁷ No sentido de moralmente bom. Maquiavel quer entender como é o funcionamento da prática política real, sem divagações ou imaginações.

Maquiavel desenvolve sua obra dessa forma porque a sua intenção não é simplesmente produzir um conhecimento que se encerre na reflexão, mas sobretudo que leve o agente para a ação política. Tanto é que no Proêmio do livro I dos *Discursos* ele se queixa de que em sua época as pessoas admiram muito o passado, chegando a pagar uma fortuna por um pedaço de estatueta antiga, mas que

as virtuosíssimas ações que as histórias nos mostram, ações realizadas por reinos e repúblicas antigas, por reis, comandantes, cidadãos, legisladores e outros que se afadigaram pela pátria são mais admiradas que imitadas; vendo, aliás, que a tais ações, em suas mínimas coisas, todos fogem, e que daquela antiga *virtù* não nos ficou nenhum sinal; em vista de tudo isso não posso deixar de admirar-me e condoer-me ao mesmo tempo. E tanto mais porque vejo que nos litígios civis que surgem entre cidadãos, ou nas doenças nas quais os homens incorrem, sempre se pode recorrer a julgamentos ou remédios que pelos antigos foram proferidos ou ordenados: porque as leis civis nada mais são que sentenças proferidas pelos antigos juriconsultos, sentenças que, ordenadas, ensinam nossos juriconsultos a julgar. E a medicina ainda não vai além das experiências feitas pelos antigos médicos, que servem de fundamento aos juízos dos médicos do presente. No entanto, na ordenação das repúblicas, na manutenção dos estados, no governo dos reinos, na ordenação das milícias, na condução da guerra, no julgamento dos súditos, na ampliação dos impérios, não se vê príncipe ou república que recorra aos exemplos antigos. E creio que isso provém não tanto da fraqueza à qual a atual religião conduziu o mundo, ou do mal que um ambicioso ócio fez a muitas regiões e cidades cristãs, quanto do fato de não haver verdadeiro conhecimento das histórias, de não extrair de sua leitura o sentido, de não se sentir nelas o sabor que têm. Motivo por que infinitas pessoas que as leem sentem prazer em ouvir a grande variedade de acontecimentos que elas contêm, mas não pensam em imitá-las, considerando a imitação não só difícil como também impossível; como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento, ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente (Maquiavel, 2007, D, I, Proêmio, p. 6/7).

O que propicia a imitação dos exemplos antigos é que o mundo é o mesmo. É claro que o mundo ser o mesmo não significa ser igual no presente e no passado. Cada época tem as suas particularidades⁸. Mas há algo de recorrente nas épocas, como o ser humano. Este é o mesmo, pelo menos em suas paixões e desejos. Obviamente que o que se deseja muda, mas o desejo em si permanece. Estudar a história ajuda a entender justamente esse caráter do ser humano, além de ajudar a pensar em como se realizou

⁸ Voltarei a essa discussão na última seção.

determinados desejos e paixões. O saber histórico, portanto, proporciona conhecer os humanos em sua concretude e como se organizaram politicamente, bem como quais são as circunstâncias de se organizar o estado e a sociedade de um modo e não de outro; quais foram os métodos utilizados em determinadas situações, se esses métodos foram eficazes ou não. Logo, estudar a história ajuda tanto a perceber o que há de constante no agir humano quanto no que há de particularidade.

A Natureza Humana

Apesar de Maquiavel não se dedicar claramente a discutir o seu entendimento de natureza humana ou a elaborar uma antropologia filosófica precisa, é possível encontrar vários trechos em sua obra em que esse assunto aparece. Se um olhar menos atento ler os escritos do Secretário Florentino, chegará à conclusão de que o ser humano é mau por natureza. Afinal, não faltam trechos em que expõe a maldade do ser humano. Assim, logo no Proêmio do Livro I dos *Discursos* Maquiavel afirma que os homens têm natureza invejosa. No capítulo 29 do mesmo Livro dos *Discursos*, afirma que “a natureza dos homens é ambiciosa e suspeitosa e não sabe impor limites à fortuna” (Maquiavel, 2007, D, I, 29, p. 93). Em *O Príncipe*, Maquiavel parece que reafirma essa posição da maldade humana. Em suas palavras:

Isso porque geralmente se pode dizer o seguinte acerca dos homens: que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos por ganhos e, enquanto lhes fizerem bem, pertencem inteiramente a ti, te oferecem o sangue, os bens, a vida e os filhos, [...] desde que a carência esteja distante; mas, quando precisas deles, revoltam-se. [...] Os homens têm menos receio de ofender quem se faz amar do que quem se faz temer; pois o amor é mantido por vínculo de obrigação, que, por serem os homens maus, é rompido por toda ocasião que lhes seja útil, enquanto o temor é mantido pelo medo do castigo, que nunca te abandona (Maquiavel, 2017, p. 82).

Ora, ao tomar esses trechos, conclui-se que a natureza humana é má, pois na tradição cristã quem é egoísta, falso, invejoso, dissimulado, só quer se dar bem à custa de outros etc., é uma pessoa má e pecadora. Por causa disso, Pinzani (2004, p. 20) afirma que no pensamento de Maquiavel os homens são maus. Contudo, ao prestar atenção na totalidade da obra do Secretário Florentino observa-se que essa é uma afirmação precipitada e que está cheia de moral cristã, pois, afinal, essa moral religiosa não condena

todas essas características expostas por Maquiavel? No entanto, não se pode falar que Maquiavel seja um defensor da moral cristã. Pelo contrário, não faltam críticas a essa concepção, como na citação da seção acima do Proêmio do Livro I dos *Discursos*.

Como uma parte considerável da obra maquiaveliana é pensar na ordenação de um bom estado e não sobre a natureza humana, discutindo essa questão tangencialmente, o Secretário pensa no pior cenário possível para conseguir edificar um novo estado. Assim,

Como demonstram todos aqueles que discorrem sobre a vida civil e todos os exemplos de que estão cheias todas as histórias, quem estabelece uma república e ordena suas leis precisa pressupor que todos os homens são maus e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para tanto tiverem ocasião; e, quando alguma maldade se oculta por algum tempo, assim procede por alguma razão oculta que não se conhece porque não se teve experiência do contrário; mas essa razão um dia é posta a descoberto pelo tempo, que, segundo dizem, é o pai da verdade (Maquiavel, 2007, D, I, 3, p. 20).

Há uma diferença entre pressupor que os humanos são maus para serem maus. O legislador deve pressupor a maldade humana para não ser surpreendido por algo que não foi pensado. A “maldade não é uma categoria ontológica, e sua descrição fenomenológica é apenas uma pressuposição [...]. Trata-se, portanto, de um cálculo, que permite ao legislador reduzir o número de variáveis com as quais terá de lidar num momento em que todas as referências estão em questão” (Bignotto, 2008, p. 92/93). Pressupor a maldade dos humanos é se prevenir de empecilhos, de situações não previstas, da atuação da *Fortuna*. É sempre pensar na pior situação, pois não se pode esperar que todos os humanos sejam eticamente corretos e bons e sigam os preceitos cristãos. Inclusive, se todos os seres humanos fossem bons e seguissem os preceitos cristãos, o próprio corpo político não existiria, pois não haveria conflitos, que são vistos como inerentes a toda sociedade por Maquiavel. Com isso, também não haveria a necessidade de governos ou leis. Tudo estaria em perfeita harmonia, pois cada indivíduo saberia, de antemão, o que deve ou não fazer para conviver com o outro. Porém, basta um pensar diferente ou ser mau para que toda essa harmonia comece a vir abaixo e se iniciem as desavenças entre esses indivíduos.

Todavia, se os seres humanos não são maus, o que eles são? Um ponto apresentado nos trechos acima é que os humanos são volúveis. Assim, eles estão dispostos a algumas mudanças, principalmente em relação ao governante, mas só se tiverem uma perspectiva

de melhora. Caso não tenham, não mudam. O problema levantado por Maquiavel é que os humanos mudam de bom grado o seu senhor, mas não necessariamente analisam racionalmente se essa mudança pode proporcionar mudanças para melhor ou para pior. Ficam mais na expectativa de mudanças para melhor do que na análise da situação concreta para saber se é possível melhorar ou não. Tanto é que o Secretário afirma que “essa crença faz o humano tomar armas contra o seu senhor⁹. Só mais tarde percebem o engano, pela própria experiência, vendo que pioraram” (Maquiavel, 2017, p. 09).

Isso indica, então, que o ser humano faz muitas coisas pelas expectativas, pela paixão, não racionalizando profundamente as consequências de suas ações. O desejo de mudança, como Bignotto (2008, p. 83) argumenta, não identifica um objeto específico de existência, é um impulso sem objeto preciso, é uma vontade de mudança em si mesma, é uma vontade indefinível, não sendo possível ser saciada por algo positivo, pois sempre vai se deparar com algo exterior que lhe impõe resistência. No caso representativo de Maquiavel, essa resistência é imposta pelo ato de o príncipe conquistar. Disso decorre a frustração dos conquistados que achavam que estariam melhorando com um novo príncipe. Em vista disso, o agir humano, como é pautado muito pela expectativa e avalizado por uma crença, por uma emoção de que as coisas irão melhorar, não é conduzido, na maioria das vezes, por uma razão calculadora em que o agente consegue analisar as vantagens, as desvantagens ou os riscos de tais ações. Para entender melhor esse ponto, nos *Discursos* Maquiavel afirma que

Há uma sentença dos escritores antigos, segundo a qual os homens costumam afligir-se no mal e enfadar-se no bem, nascendo dessas duas paixões os mesmos efeitos. Porque, sempre que os homens não precisam combater por necessidade, combatem por ambição; e esta é tão poderosa no peito humano que nunca, seja qual for a posição atingida, o homem a abandona. A razão disso é que a natureza criou os homens de tal modo que eles podem desejar tudo, mas não podem obter tudo, e, assim, sendo o desejo sempre maior que o poder de adquirir, surgem o tédio e a pouca satisfação com o que se possui. Daí nasce a variação da fortuna deles: porque, visto que os homens são desejosos, em parte porque querem ter mais, em parte porque temem perder o que conquistaram, chegam à inimizade e à guerra, da qual decorre a ruína de uma província e a exaltação de outra (Maquiavel, 2007, D, I, 37, p. 113).

⁹ O que está em itálico é inserção do autor.

O desejo é um aspecto importante da ação humana. Porém, o desejo é insaciável. Isso faz os humanos agirem para sempre terem mais, ou seja, agem por ambição, pois “é, de fato, muito natural e ordinário o desejo de conquistar”¹⁰ (Maquiavel, 2017, p. 16). Mas também, o desejo tem outro aspecto, que é aquele de desejar manter as coisas. Assim, os humanos além de agirem para aumentar os seus ganhos, agem também para não os perder. Esses dois desejos são oriundos de dois sentimentos básicos da natureza humana: o temor e a inveja (Bignotto, 2008, p. 96). Boa parte das causas das ações humanas são decorrentes justamente desses dois sentimentos. Isso mostra, conforme Bignotto (2008, p. 98), que o ser humano é, no geral, medíocre e mesquinho, tendo um caráter altamente mutável, sendo a ação mais uma reação negativa do que uma proposição positiva.

Não obstante, mesmo a natureza humana tendo essas características que, de acordo com uma moral cristã, são más, Maquiavel afirma que é difícil um ser humano ser totalmente bom ou totalmente mau, sendo o mais comum um caminho intermediário, apesar de ser a pior escolha. Nas palavras do próprio Secretário Florentino:

São modos crudelíssimos e contrários à vida, não só cristã, mas humana; deles qualquer homem deve fugir e preferir viver como cidadão comum a ser rei com tamanha ruína para os homens; no entanto, quem quiser trilhar esse primeiro caminho do bem, se quiser manter-se, precisará enveredar por esse mal. Mas os homens trilham certos caminhos do meio, que são de todo danosos; porque não sabem ser nem totalmente maus, nem totalmente bons (Maquiavel, 2007, D, I, 26, p. 89).

Maquiavel, nesse trecho, expõe que se uma pessoa quiser conquistar e se manter em um estado, muitas vezes é obrigada a cometer atos cruéis, que ele descreveu um pouco antes no trecho citado. Se essa pessoa não quiser cometer esses atos, então é melhor nem se propor à ação política, mas ficar como pessoa privada. Ao comparar esse caminho do meio com a natureza desejosa, pode-se pensar que os seres humanos podem desejar tanto o que são consideradas coisas boas como coisas ruins para a moral de uma época. Porém, como o Secretário argumenta, os seres humanos sempre usarão de sua malignidade quando tiverem ocasião.

¹⁰ Nesse trecho Maquiavel está falando especificamente da conquista de um principado, estado, território etc. Mas acredito que se possa expandir essa concepção, pois a ambição não é também uma conquista?

Ora, se os humanos usam dessa malignidade sempre que puderem, como eles podem agir de modo bom? A resposta de Maquiavel vem no mesmo capítulo dos *Discursos* em que ele afirma que os humanos usarão a sua malignidade quando puderem. Segue o trecho: “os homens nunca fazem bem algum, a não ser por necessidade; mas, onde são muitas as possibilidades de escolha e se pode usar da licença, tudo logo se enche de confusão e desordem. Por isso se diz que a fome e a pobreza tornam os homens industriais, e que as leis os tornam bons” (Maquiavel, 2007, D, I, 3, p. 20).

A liberdade extrema, que é chamada de licenciosidade por Maquiavel, proporciona a execução dessa malignidade humana, inclusive acabando com a própria liberdade. Dessa feita, é necessário que os humanos tenham limites para agirem de modo bom. Esses limites podem ser dados tanto pela natureza quanto pela *Fortuna*, ou pelos próprios humanos ao criarem boas leis que os levem a serem bons. Mas obrigar os humanos a serem bons não significa não ter conflitos e viver em harmonia em um ordenamento político, visto que, na concepção maquiaveliana, em todo corpo político há sempre dois humores inconciliáveis que se digladiam na arena política. De um lado está o povo que não deseja ser dominado nem oprimido e de outro estão os grandes que querem dominar e oprimir. Desse conflito, segundo Maquiavel, pode surgir tanto uma república (entendida como o regime da liberdade), quanto um principado ou a licença (Maquiavel, 2017, p. 45; 2007, D, I, 4).

Como se pode perceber, os desejos humanos são os mais variados, não existindo apenas desejos maus, mas também há os bons. O que não dá para afirmar é que esses desejos tenham um objetivo racional específico, pois são oriundos, na maioria das vezes, das paixões humanas. Portanto, pode-se desejar a glória celestial ao fundar uma religião ou então a glória terrena ao fundar uma república, ao ser o comandante de um exército que vença uma guerra para a sua pátria ou ainda um homem de letras que deixe escritos úteis para as próximas gerações (Maquiavel, 2007, D, I, 10, p. 44). Mas também pode ser um desejo de vingança, de sobrevivência que pode levar tanto a uma ação covarde (fuga), quanto a uma ação de superação, no caso de *virtù*.

O problema desses desejos, na época de Maquiavel, é que as pessoas os julgam de acordo com a moral cristã. Para essa moral, há aqueles desejos elevados e aqueles desejos baixos. Os elevados estão vinculados à glória celestial, os baixos são os terrenos. Como

herdeiro do humanismo cívico, Maquiavel valoriza a *vita activa*, assim ele valoriza a glória terrena. Entretanto, o Secretário reconhece que na ação humana o mais comum é as pessoas escolherem o caminho do meio, pois são volúveis.

Destarte, um dos grandes fundamentos da natureza humana é a indeterminação que é causada pelos desejos que são, muitas vezes, opostos e contraditórios uns aos outros. Daí a necessidade de o legislador pressupor a maldade humana, pois ao perceber essa “constante antropológica negativa” (Bignotto, 2008, p. 97), ele pode tentar deixar o corpo político menos instável, uma vez que as coisas humanas têm um fluxo contínuo e são permeadas pela contingência do mundo.

Historia Magistra Vitae

Como foi discutido na primeira seção, Maquiavel quer escrever algo que seja útil para o agir político, preocupando-se mais com a verdade efetiva da coisa do que com a imaginação ou com a lógica formal sobre ela. Para tanto, ele se apegava à história dos grandes personagens, pois os fatos históricos são vistos como verdadeiros, porque esses personagens foram eficazes ou não em relação ao que se propuseram a realizar e, por causa disso, seriam uma fonte de conhecimento. Se esse conhecimento histórico for aplicado com prudência por quem estuda e reflete sobre a prática política, essa pessoa pode ter *virtù* na efetivação de sua ação. Esse uso da história é recorrente em Maquiavel desde os seus primeiros escritos. Assim, a história deve ser mestra da vida. Nas palavras do Secretário Florentino:

Ouvi dizer que a história é a mestra das nossas ações e máximas dos príncipes: e o mundo foi sempre, de certo modo, habitado por homens que têm tido sempre as mesmas paixões; e sempre existiu quem serve e quem manda, e quem serve de bom grado, e quem se rebela e se rende. Se alguém não acreditar nisso, que se mire em Arezzo, o ano passado, e em todas as cidades do vale do Chiana, que fazem coisa muito semelhante à que foi praticada pelos povos latinos *na época dos romanos*¹¹. Ali se vê a rebelião e depois a rendição, como aqui; ainda que no modo de rebelar-se e no de render-se haja muitas diferenças: contudo são semelhantes a rebelião e a rendição. Portanto, se é verdade que a história ficaria a mestra das nossas ações, não é mal para quem devia punir e julgar as cidades do vale do Chiana tomar exemplo e imitar aqueles que foram donos do mundo; máxime num caso em que eles vos ensinam justamente como vos deveis conduzir para governar:

¹¹ O que está em itálico é inserção do autor.

porque como eles fizeram julgamento diferente, por ser diferente o pecado daqueles povos, assim devíeis fazer vós, encontrando também nos vossos rebelados diferença de pecados (Maquiavel, 1973, p. 130/131).

Essa passagem faz parte do relatório que Maquiavel apresentou, em 1502, à *Signoria* na qualidade de Secretário dos Dez. Esse relatório é um dos primeiros dos quais o Secretário Florentino traz um conhecimento histórico para analisar uma situação real. Essa situação diz respeito à rebelião que aconteceu em Arezzo e no Vale do Chiana contra o jugo dos florentinos. A sua análise resgata a rebelião dos latinos na época do consulado de Lúcio Fúrio Camilo em Roma. Nesse sentido, Maquiavel faz um paralelo entre uma rebelião e outra e aconselha os seus superiores a fazerem o mesmo que os romanos fizeram. Em seu conselho, cada grupo, cada cidade e cada região devem ser julgadas de acordo com os seus próprios pecados, ou seja, não é interessante generalizar uma única punição ou condescender com os pecados dos poderosos.

Maquiavel profere esse conselho porque ele entendia que o governo de Florença não estava agindo do melhor jeito nessa rebelião¹², muito pelo contrário, entendia que a ação da *Signoria* era temerária, podendo trazer mais malefícios do que benefícios. O Secretário chegou a essa conclusão justamente ao comparar uma situação a outra e perceber que havia semelhanças, pois na *historia magistra vitae* “a história tende a refletir certos padrões e a partir daí torna-se possível imitar modos de agir que se mostraram exitosos no passado” (Pacheco, 2022, p. 127). Tendo em mente esses padrões, e por meio de reflexões sobre a história, um agente pode escolher a melhor atuação para uma determinada situação.

Para a história ser fonte de conhecimento para a atuação política é necessário, de certo modo, que ela se “repita”. Porém, essa repetição não é no sentido do tempo e da história serem cíclicas, voltando sempre para o mesmo ponto de partida, como acontece com a *anaciclose* polibiana. Se há repetição/recorrência, ela “não se dá de forma idêntica, mas como movimentos que seguem um curso de mesma direção” (Aranovich, 2007, p. 122). Assim, a “repetição” da história, na concepção maquiaveliana, é heurística, pois ela

¹² “E se dissésseis: ‘nós o fizemos’, não negaria no que se tivesse feito em parte, mas que se faltou no mais e no melhor. (...) E se a sentença dos romanos merece ser elogiada, tanto mais a vossa deve ser condenada (Maquiavel, 1973, p. 131).

enfoca o que há de constante no agir humano ao analisar as ações dos grandes personagens do passado. Nas palavras de Maquiavel: “os homens (...) nasceram, viveram e morreram, sempre, segundo uma mesma ordenação” (Maquiavel, 2007, D, I, 11, p. 52), sendo guiados a todo momento pelos mesmos desejos e pelas mesmas paixões. Desse modo,

Quem considere as coisas presentes e as antigas verá facilmente que são sempre os mesmos os desejos e os humores em todas as cidades e em todos os povos, e que eles sempre existiram. De tal modo que quem examinar com diligência as coisas passadas facilmente preverá as futuras, em qualquer república, prescrevendo os remédios que foram usados pelos antigos; ou, se não encontrar remédios já usados, pensará em novos, devido à semelhança dos acontecimentos. Mas, como essas considerações são negligenciadas ou não entendidas por quem lê, ou, se são entendidas, não são conhecidas por quem governa, segue-se que sempre se veem os mesmos tumultos em todos os tempos (Maquiavel, 2007, D, I, 39, p. 121).

O estudo da história é útil para nortear o agir político porque há certa constância nos desejos, nas paixões, nos humores dos seres humanos. Isso significa que o que moveu o ser humano na Antiguidade é também o que o move na atualidade. O que varia é o conteúdo desse movimento, mas a causa dele é mais ou menos regular. Se os seres humanos têm essas características como algo inerente ao seu ser e, portanto, são constantes, é de se esperar que apesar de estarem em épocas diferentes, dá para um bom analista político perceber as semelhanças de tais atitudes, bem como saber as causas e os efeitos dessas atitudes para poder agir de modo correto, no caso com *virtù*.

A preocupação de Maquiavel centra-se no contínuo antropológico e atitudinal do ser humano, como ao se referir à rebelião e à rendição em Arezzo e no Vale do Chiana. O Secretário reconhece que há diferenças entre o que aconteceu na época dos romanos com o que estava acontecendo na época dele. Mas também, reconhece que há algo de regular no ato de rebelar-se e no ato de render-se de uma época e de outra, o que poderia proporcionar a aplicação de remédios semelhantes, utilizando as palavras do próprio Maquiavel.

O saber histórico ajuda a pensar os movimentos inexoráveis do mundo e do humano. Por meio da análise das particularidades da histórica, pode-se perceber o que é estável para se buscar os melhores remédios para as situações particulares na atualidade. “A história ensina e dela é possível retirar regras gerais, mas estas regras não podem ser

pensadas como um receituário. A mobilidade das coisas faz com que as receitas desandem quando aplicadas. Guias e não moldes, os exemplos ensinam que as coisas são móveis” (Aranovich, 2007, p. 123/124). Portanto, pensar a história e a política implica pensá-las na dialética do geral e do particular, pois só se observa o geral, o constante, o recorrente ao se mirar as particularidades da história. Com isso, Maquiavel pensa que o que aconteceu em um estado, pode ser reproduzido em outro, não de modo exato, mas semelhante. Daí Maquiavel visar a repetição e não ficar muito preocupado com as diferenças que a história mostra entre os estados, as situações etc. Somente assim o Secretário Florentino dá “inteligibilidade à história. No acontecimento, embora único, sua singularidade não interdita a universalidade, cada acontecimento revela, por sua inserção nos movimentos universais, a *verità effettuale dela cosa*” (Aranovich, 2007, p. 124).

Sendo assim, conforme Aranovich, “a imitação não é alvo, mas a operação de mirar. Isto significa que a intenção não é obter uma cópia da ação anterior, mas elevar a expectativa, a imitação é emulação” (Aranovich, 2007, p. 68). Seguindo o mesmo caminho, José Antônio Martins (2007, p. 50), ao comentar a importância da história para a filosofia política de Maquiavel, argumenta que a imitação dos grandes feitos do passado é no sentido cosmológico, pois as condutas humanas se assemelham à medida que boa parte das ações humanas têm os mesmos fundamentos, que são os desejos, as paixões, o medo, a inveja. Por terem essa semelhança, o político de *virtù* pode olhar para o passado e refletir sobre sua ação no presente. “O valor do exemplo, deste modo, fica condicionado, como matéria de reflexão, às circunstâncias que o tornaram possível, e, como imitação, às circunstâncias que podem fazer dele um alvo possível” (Aranovich, 2007, p. 69).

Esse olhar para o passado ganha mais força quando um político de *virtù* se depara com um quadro de corrupção do corpo político. Ainda segundo Martins, “Maquiavel vê na imitação a possibilidade de retomada da *virtù* política, que não se caracteriza por sua idealidade, mas, como uma possibilidade prática, como um agir que se poderia efetivar de imediato visto ter sido efetivo no passado” (Martins, 2007, p. 48/49), pois “todas as coisas humanas são possíveis aos homens e os exemplos são testemunhos desta possibilidade, uma vez que algo foi demonstrado ser factível, sempre o será” (Aranovich, 2007, p. 68/69). Dessa feita, para Ames, a leitura de Maquiavel

dos dados históricos foi dirigida pela preocupação de evidenciar os exemplos que corroboravam as regras e máximas que orientavam a ação política. A compreensão dessas regras ampliava o conhecimento dos meios tornando-os operacionais para os agentes políticos. Graças a isso, o comportamento humano tornava-se mais previsível, aumentando as chances de êxito e reduzindo o risco do fracasso.

Controlar a regularidade histórica significa, para Maquiavel, conhecer e tirar proveito da exigência de êxito na ação política: quanto mais esta ação for orientada pelo conhecimento histórico, tanto mais racional será, isto é, mais eficaz. O motivo pelo qual Maquiavel quer que a ação seja orientada pelo conhecimento histórico é que, dessa maneira, será possível reduzir a influência da *fortuna* sob o agir humano. Desse modo, pode-se dizer que o conhecimento histórico é concebido como mediador de uma estratégia de êxito político: os fatos são selecionados em vista da preocupação de apontar no presente a estratégia de ação mais apropriada para gerar efeitos positivos no futuro (Ames, 2004, p. 103).

Nesse sentido, a história se repetir para Maquiavel não é no sentido literal, mas é heurística, como uma maneira de reflexão sobre as atuações políticas dos sujeitos. Afinal, considerando de forma estrita, é impossível a história se repetir, pois são atores diferentes, épocas diferentes, sociedades diferentes. Desse modo, “as coisas são diferentes, mas conservam em si relações de semelhança, e é exatamente nessa circularidade do tempo, nessa repetição na essência dos fatos históricos, que está presente a noção de história como mestra da vida” (Pacheco, 2022, p. 130). Como Aranovich argumenta,

Isto leva a crer que o único conhecimento histórico estável é dado pela compreensão dos movimentos do Estado. Uma república pode cair de muitas formas, o que é certo é que cairá. O conflito entre os humores pode ser resolvido ou dar origem a diversos acontecimentos, o que é certo é que sempre haverá o conflito. As únicas coisas que escapam à instabilidade são estes movimentos gerais que podem ser observados em todos os Estados. Movimentos de instabilidade eles mesmo, pois as coisas humanas estão sempre em movimento, dão estabilidade ao conhecimento na medida em que podem ser considerados como inevitáveis e presentes em todos os Estados. Eles estão de certo modo fora do alcance da ação humana, e como tais são universais. O que varia é a modo como cada povo irá lidar com eles (Aranovich, 2007, p. 123).

Portanto, os exemplos históricos podem ajudar nas ações do presente porque os movimentos da história e os dilemas humanos são mais ou menos os mesmos ao longo do tempo. Porém, “imitar” o passado não é fazer *ipsis litteris* no presente o que um grande ator político fez no passado em uma situação semelhante, pois como o agir político sempre tem como pano de fundo o indeterminado, uma ação que deu certo no passado

pode não dar certo no presente, mesmo que as situações sejam semelhantes. O mais importante é entender que não há apenas um remédio, utilizando a metáfora maquiaveliana, para atacar uma doença, uma vez que é totalmente possível atitudes diferentes alcançarem êxito mesmo em situações semelhantes, ou o contrário. É sempre necessário ponderar sobre as ações que serão tomadas. A história ajuda justamente nesse ponto. Isso significa que para se ter sucesso no agir, o agente deve ter *virtù*, e esta pode ser aprendida à medida que o agente estuda e reflete sobre a história. Todavia, ter *virtù* não é simplesmente imitar o passado ou fazer algo baseado no improviso, no ímpeto, na *Fortuna*, mas saber encontrar o melhor remédio para uma dada situação. Isso significa que “agir com *virtù* em uma determinada circunstância não será em outra porque os tempos variam, sendo necessário adequar a ação aos tempos” (Aranovich, 2007, p. 69).

Sendo assim, não existe uma ação de *virtù* pré-determinada, uma vez que toda ação é um ato de criação da vida e da realidade, porquanto todas as decisões sempre terão algo de contingente. Como Bignotto argumenta, “o sujeito político, no seu gesto de criação do presente, é sempre confrontado com a indeterminação do campo histórico, ele não pode jamais conhecer todas as etapas de seu caminho” (Bignotto, 2015, p. 150), pois “o real, sendo fruto da ação criativa dos homens, não é um lugar que possa ser designado como uma essência fixa fora do tempo. Produto da capacidade demiúrgica dos atores políticos, ele traz em si o veneno da contingência” (Bignotto, 2015, p. 138).

Não se pode definir se tal ação alcançará os seus objetivos ou se será um completo fracasso. Só a história pode definir isso. No presente sempre haverá um grau de indeterminação. Aprender com o passado aumenta a probabilidade de uma ação dar certo, mas imitar o passado não significa exatidão de sucesso, pois a história não é absoluta. Dessa forma, “o ator só pode ter confiança na própria força, embora o recurso à tradição seja não só válido, mas muitas vezes necessário, para aqueles que são obrigados a inventar a cada momento o próprio caminho” (Bignotto, 2015, p. 149).

A imitação da história para a ação política “requer sempre uma solução singular (...). A história deve, pois, ser pensada sob esse duplo aspecto: da identidade (de desejos e *umori*) e da diferença (dos acontecimentos concretos). A repetição (imutabilidade) é capaz de proporcionar lições práticas somente para aquele que se referisse constantemente à singularidade dos acontecimentos” (Ames, 2004, p. 105). Se o agente

entender que a imitação é literal, o mais provável é a ruína, então, é um agente que não tem *virtù*. Não basta simplesmente ler as histórias e querer aplicá-las na realidade de cada época, é preciso ir além disso e analisar com cuidado cada situação. Se o agente fizer isso, aumenta a sua chance de obter êxito, mostrando que é um agente de *virtù*.

Por fim, a história se torna ainda importante para Maquiavel porque ele entende que os tempos estão em constante mudança, mas os humanos têm dificuldade de acompanhar essas mudanças¹³. O mais comum é os seres humanos insistirem em um modo de atuar e não mudarem ao longo da sua vida. Caso o modo de agir do ser humano esteja em acordo com os tempos, ele pode edificar-se; caso esteja em desacordo com os tempos, o mais provável é ele arruinar-se. A história ajuda justamente o agente prudente a entender essas mudanças de tempo para atualizar as suas ações e remédios para as dificuldades que aparecerem, uma vez que ele pode perceber as semelhanças entre uma época e outra. Fazendo essas atualizações de condutas, o agente mostra, novamente a sua *virtù*, conseguindo realizar os seus empreendimentos.

Conclusão

Muitos intérpretes de Maquiavel afirmam que de certo modo ele adentra no gênero literário de espelhos de príncipes. Se isso está correto, então, o Secretário Florentino busca ensinar um príncipe a atuar bem para conseguir os seus objetivos. Mas o que Maquiavel quer ensinar não é como um príncipe deve se comportar moralmente. O que ele quer ensinar é como um príncipe pode ter *virtù* para ficar menos à mercê da *Fortuna*. O principal recurso metodológico de Maquiavel para dar andamento a essa empreitada é a história, ou melhor, a análise e a interpretação corretas das histórias dos grandes personagens.

O ensinamento que Maquiavel quer passar para um príncipe, com o uso da história, é que o ato de governar não se faz com uma ética cristã. Muitas vezes o governante tem que usar de recursos que são contrários à moral e aos costumes para se manter no poder. A história pode ensinar os príncipes a agir de modo correto nessa tarefa, pois como os seres humanos são os mesmos em seus desejos, paixões e humores ao longo

¹³ Ver *O Príncipe*, Capítulo XXV e *Discursos*, Livro III, Capítulo 09.

do tempo, o príncipe pode refletir sobre os remédios que foram aplicados no passado e prescrever o mesmo remédio para situações semelhantes no presente. Caso seja que a situação presente não tenha correspondência com alguma do passado, o príncipe pode ponderar a melhor possível a partir do que já sabe do passado. Assim, a história tem esse aspecto prático, uma vez que a sua grande tarefa é ensinar *virtù* para quem sabe apreciá-la e sentir o sabor que tem.

Referências Bibliográficas

AMES, José Luiz. **História e Ação Política em Maquiavel. Mediações: Revista de Ciências Sociais.** v. 9, n. 1, p. 101-118, 2004.

ARANOVICH, Patrícia Fontoura. **História e Política em Maquiavel.** São Paulo, Discurso Editorial, 2007.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BIGNOTTO, Newton. **A antropologia negativa de Maquiavel.** *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 12, n° 2, p. 77-100, 2008.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano.** 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

CARDOSO, Sérgio. Apresentação. In.: ARANOVICH, Patrícia Fontoura. **História e Política em Maquiavel.** São Paulo, Discurso Editorial, p. 11-18, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** 4. ed. 5ª tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Escritos Políticos.** In.: **Coleção Os Pensadores.** 1. ed. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.

MARTINS, José Antônio. **Os Fundamentos da República e sua Corrupção nos Discursos de Maquiavel.** Tese de doutorado em Filosofia apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PACHECHO, Marina Rute de Aquino Marques. **Maquiavel na Sala dos Espelhos: entre a arte dello stato e a defesa do republicanismo.** Tese apresentada no Programa de Pós-

Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): Rio de Janeiro, 2022.

PINZANI, Alessandro. **Maquiavel & O Príncipe**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

POLÍBIO. **História, Livro VI**. Brasília: Editora UnB, 1985, p. 235-348.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel: pensamento político**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

STRAUSS, Leo. **Reflexões sobre Maquiavel**. São Paulo: É Realizações, 2015.